

ESTOQUES DE *COMMODITIES*: ANÁLISE DO VALOR SOB A ÓTICA DA TEORIA DO CUSTO CORRENTE

Stocks of commodities: value analysis under the current cost theory

Anderson Léo Sabadin¹, Alessandra Vasconcelos Gallon², Aloísio Grunow³

RESUMO

Devido à volatilidade dos preços de *commodities*, a aplicação da teoria do custo corrente na avaliação de estoques é imprescindível para prover informações de controle e avaliação de desempenho das cooperativas agropecuárias. Nesse sentido, com a realização deste trabalho, objetivou-se apurar as economias ou as deseconomias de custo no estoque de três *commodities* (soja, trigo e milho) de uma cooperativa agropecuária do estado do Paraná. Realizou-se uma pesquisa descritiva e quantitativa, em um estudo de caso demonstrando o uso de cotações de mercado como uma alternativa para a avaliação de estoques em situações nas quais ocorra disponibilidade de informações sobre preços correntes de *commodities* agrícolas. Na avaliação de *commodities*, os resultados da pesquisa evidenciam diferenças entre os valores dos estoques apurados pelo custo histórico, custo histórico corrigido, custo corrente e custo corrente corrigido. Quando se utiliza o custo histórico, não há economia ou deseconomia de custo; a custo histórico corrigido, há uma pequena economia de custo; a custo corrente e a custo corrente corrigido, há uma considerável economia de custo, o que ressalta a relevância da avaliação sob a ótica da teoria do custo corrente. A aplicação da teoria do custo corrente na avaliação de ativos em que haja disponibilidade de informações de mercado torna-se indispensável à obtenção de resultados satisfatórios, pois aumenta sensivelmente a utilidade das informações fornecidas.

Palavras-chave: teoria do custo corrente, economia ou deseconomia de custo, *commodities*.

ABSTRACT

Due to the volatility of commodity prices, the application of the current cost theory in the evaluation of stocks is essential for providing information on the performance of agricultural cooperatives. The objective of this work was to check the economies and diseconomies in the stock cost of three commodities (soy, wheat and corn) in an agricultural cooperative in the state of Paraná. A descriptive and quantitative research was carried out, including a case study demonstrating the use of market quotes as an alternative to the evaluation of stocks according to information on current prices of agricultural commodities. The results show differences between the stock values appraised by the historic cost, the corrected historic cost, the current cost and the corrected current cost. Using the historic cost, no economy or diseconomy was observed. With the corrected historic cost there is a small economy of cost. However, using the current cost and the corrected current cost there is a considerable economy, which highlights the importance of the current cost theory. The application of the current cost theory in the evaluation of actives, when market information is available, is essential for obtaining satisfactory results because it increases the utility of the information provided.

Key words: current cost theory, cost economy or diseconomy, commodities.

1 INTRODUÇÃO

O núcleo da doutrina contábil foi moldado a condições ideais de estabilidade absoluta da economia. Sendo as condições econômicas atuais sensivelmente diversas daquelas que serviram de inspiração para a doutrina contábil tradicional, surge um dilema de graves proporções em face dos problemas conceituais e práticos causados pelas flutuações de preços (IUDÍCIBUS, 1966).

A contabilidade, como ciência social, tem procurado adaptar-se à evolução das empresas e dos negócios, oferecendo formas mais adequadas de tratamento da volatilidade dos preços na economia. Mesmo que algumas vezes não consiga acompanhar a velocidade que as atividades econômicas imprimem, a contabilidade vem buscando oferecer informações mais amplas, úteis, objetivas e transparentes aos seus usuários.

¹Mestre em Ciências Contábeis (Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB). Atualmente é controller da COOPERLAC Cooperativa Agroindustrial - Avenida Parigot de Souza 3026, Vila Industrial, Toledo-PR - CP: 1555 - CEP: 85904-270 - leosabadin@bol.com.br

²Doutoranda em Engenharia de Produção (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC). Mestre em Ciências Contábeis (FURB). Professora substituta do Departamento de Ciências Contábeis da UFSC. Rua Osni João Vieira, 225, apto. 301, Campinas, São José-SC - CEP: 88101-270 - alegallon@hotmail.com

³Mestre em Ciências Contábeis (FURB). Professor e controller da Fundação Universidade do Vale do Itajaí. Fundação Universidade do Vale do Itajaí, Rua Uruguai 458, Centro, Itajaí-SC - CEP: 88302-202 - grunow@terra.com.br

Os autores agradecem a colaboração de Francisco Carlos Fernandes, professor permanente no programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Universidade Regional de Blumenau (PPGCC/FURB - franciscofernandes@furb.br

Recebido em 06/12/2006 e aprovado em 17/04/2008

Nesse contexto é que se insere uma das questões centrais da teoria contábil, que é a forma de mensuração dos ativos das entidades. Levando-se em conta fatores como relevância, praticabilidade, objetividade e poder preditivo, quais métodos deveriam ser adotados para a avaliação dos ativos? Existe um método único ideal para mensurar o ativo de forma geral ou há necessidade de se admitir algumas exceções? Há ainda a possibilidade de tratar os métodos de forma que eles sejam complementares?

Na verdade, cada método de avaliação possui seu “momento ótimo” de utilização, cabendo ao contador a sensível tarefa de adotar o mais adequado para viabilizar, assim, a utilização da contabilidade como ciência e como instrumento de controle e tomada de decisões. Nesta perspectiva, Martins (2000) afirma que os métodos são todos complementares entre si e todos são úteis, cada um para determinados usuários em certas condições e com prós e contras. Não há nenhum que, sozinho, possua todas as informações, utilidade e qualidade desejadas pelos usuários.

Quando se referem à avaliação de ativos, as contas representativas de estoques merecem especial atenção. Isto se deve a diversos motivos, quase sempre relacionados com a importância deste item para as entidades, uma vez que parte relevante do seu patrimônio e dos seus resultados pode ser compreendida por meio da análise dos estoques. Além disso, os estoques atraem atenção também porque são propícios ao uso simultâneo de diversos métodos de avaliação, uma vez que, muitas vezes, permitem a obtenção de informações objetivas sobre valores correntes de mercado.

De acordo com Martins & Campos (2002), os estoques têm a função de funcionar como reguladores do fluxo de negócios. Existe uma situação conflitante entre os níveis de estoque a serem mantidos e a disponibilidade de capital das empresas. Do ponto de vista financeiro, necessita-se de estoques reduzidos para diminuir o capital investido. Aliás, a idéia de estocar visando evitar a interrupção do fluxo de produção, tem sido objetivo de críticas. Um caso típico é o setor agrícola em que a colheita de alguns produtos é sazonal, concentrando-se em alguns meses do ano, enquanto o mercado consumidor tem uma demanda relativamente estável (ASSAF NETO & SILVA, 2002).

Assim, este trabalho, por meio de um estudo comparativo entre os métodos de valorização do ativo, tem o objetivo de apurar as economias ou as deseconomias de custo, sob a ótica da teoria do custo corrente, no estoque de três *commodities* (soja, trigo e milho) de uma cooperativa agropecuária do estado do Paraná.

A relevância da pesquisa evidencia-se na medida em que se demonstra a viabilidade do uso dos métodos do custo corrente e do custo corrente corrigido em uma situação prática, a partir de informações objetivas, justamente quando se observa que os usuários das demonstrações contábeis, cada vez mais, necessitam de informações amplas, úteis, objetivas e transparentes para a tomada de decisões. Nesse contexto, a complementação dos procedimentos baseados no custo histórico é imprescindível para que a contabilidade alcance a sua real função que é prover informações úteis para a tomada de decisões.

Na medida em que novos estudos forem desenvolvidos e o conhecimento for difundido, mais empresas poderão adotar a teoria do custo corrente na avaliação dos seus estoques em que haja preços de mercado disponíveis, o que, certamente, contribuirá para o gerenciamento e a avaliação de desempenho empresarial.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Objetivos da informação contábil

Segundo a deliberação da Comissão de Valores Mobiliários, CVM nº 29/1986, o objetivo principal da contabilidade é o de permitir, a cada grupo principal de usuários, a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras. Conforme Iudícibus et al. (2000, p.43), “devem ser aderentes, de alguma forma explícita ou implícita, àquilo que o usuário considera como elementos importantes ao processo decisório”.

Iudícibus & Marion (2002) destacam que, para os usuários, a informação contábil estruturada, fidedigna, tempestiva e completa pode representar a diferença entre o sucesso e o fracasso. Santos (1998) sintetiza (Figura 1) a posição do *Financial Accounting Standards Board* (FASB) em relação às características qualitativas da informação contábil.

Na Figura 1 podem-se observar as qualidades principais necessárias para se produzir uma informação contábil relevante ao processo de tomada de decisão: a utilidade, a relevância e a confiabilidade. A utilidade, hierarquicamente, encontra-se acima das últimas.

Tal fato pode ser esclarecido por meio do *Statement of Financial Accounting Concepts*, ou SFAC n. 2, do *Financial Accounting Standards Board* – FASB (1980), que estabelece que as características da informação contábil, que a tornam uma mercadoria desejável, podem

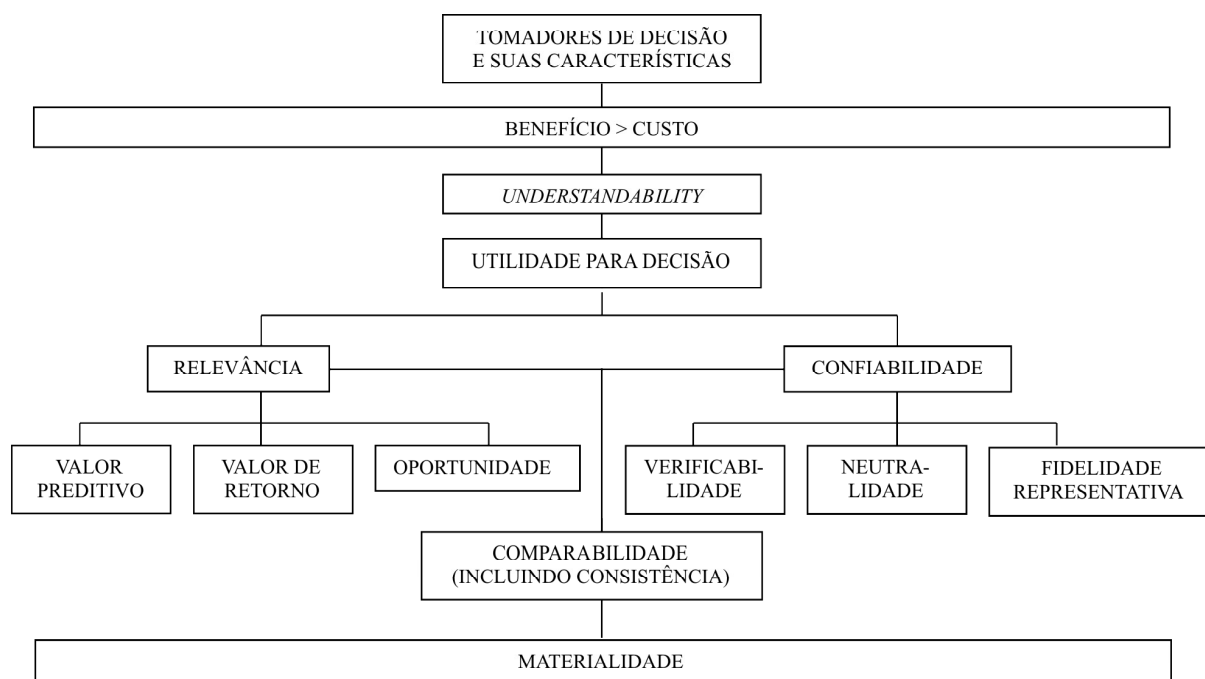


FIGURA 1 – A hierarquia das qualidades da informação contábil

Fonte: Santos (1998, p. 3).

ser vistas como uma hierarquia de qualidades. A importância da utilidade para a tomada de decisões é superior à das demais, já que, sem utilidade, não haveria nenhum benefício para ser confrontado contra seus custos.

De acordo com Kan (1985), citado por Oliveira (1998), a relevância pode ser definida como a capacidade de a informação fazer uma diferença na tomada de uma decisão pelo usuário, enquanto confiabilidade é a qualidade que dá a convicção de que a informação está razoavelmente livre de erro e de inclinação, e representa o que realmente pretende representar.

2.2 A objetividade *versus* a subjetividade

Santos (1998) menciona que, embora a informação contábil tenha que ser simultaneamente confiável e relevante para ser útil, estas qualidades não podem ser igualmente maximizadas, sendo possíveis combinações em graus variados, mas não ao ponto de renunciar completamente a uma delas em favor da outra. A busca da confiabilidade (objetividade) da informação, neste contexto, acaba deixando um pouco para trás a relevância (subjetividade). Para Santos (1998, p. 4), “diferentes contextos podem requerer diferentes graus de confiabilidade e relevância. A definição do que consistiu

em perdas ou ganhos materiais em cada uma dessas qualidades pode variar em função dos diversos usuários e suas necessidades de informação”.

Segundo a convenção da objetividade, as demonstrações contábeis deverão ser as mais verificáveis, adequadas e confiáveis. Deve-se, então, escolher a alternativa que esteja mais bem documentada e já tenha sido verificada e confirmada por pesquisadores da área (MIRANDA, 2003). O que se deve procurar é dimensionar um nível de objetividade dos dados e informações satisfatório, de forma a não desprezar as exigências atuais e futuras de seus usuários.

Santos (1998, p. 10) destaca que, em condições de certeza, a função relevância poderia ser maximizada na informação produzida pela contabilidade, mas, no ambiente real da incerteza, a praticabilidade da geração das informações “sofre a limitação da confiabilidade dos dados fornecidos, roubando à informação dada na prática parte da relevância almejada no mundo teórico”.

Com relação à restrição da objetividade, Iudícibus et al. (2000, p. 60) afirmam que, “a fim de que as demonstrações contábeis sejam tão confiáveis quanto possível, os contadores necessitam decidir sobre o atributo ou evento que será mensurado e selecionar procedimentos de mensuração adequados”.

Com a evolução dos fenômenos econômico-financeiros, ao longo das últimas décadas, pode parecer absurdo que a contabilidade, cuja missão principal é a prestação de informação para a tomada de decisões, continue a adotar uma filosofia eminentemente estática, presa ao princípio do custo histórico, já que este é o principal critério de valorização dos fatos patrimoniais.

Martins (2003, p. 33) cita que, em virtude do princípio do custo histórico como base de valor, “os ativos são registrados contabilmente por seu valor original de entrada, ou seja, histórico”. E complementa: “em alguns países, admite-se a atualização de alguns deles em função de um índice geral de preços”. Em poucos lugares é admitido se trabalhar com valores que não os históricos, como é o caso da Holanda.

Mas a contabilidade baseada em custos históricos pode ser considerada relativamente segura porque o custo de um ativo ou passivo de uma empresa, normalmente, é um número objetivo, que é menos sujeito aos erros de estimação e tendência que os cálculos de valor presente. Porém, há falta da relevância nos custos históricos. Embora os valores do custo histórico e o de mercado sejam, na prática, os mesmos na data da aquisição, com o passar do tempo, haverá mudanças nas condições de mercado e o custo histórico ficará estático, gerando diferenças quase sempre irreconciliáveis no dia-a-dia das entidades.

Diante do exposto, pode-se deduzir a necessidade urgente de se repensar o conceito adotado atualmente pelos contadores e a imagem de realidade da qual o método é derivado, a fim de inserir na informação contábil a propriedade de facilitar a realização de diagnósticos e prognósticos sobre a situação das empresas (SANTOS, 1998).

Conforme Miranda (2003, p. 6):

o destaque da subjetividade vem contribuir para que as informações geradas para a tomada de decisão seja menos centralizadas e mais próximas do futuro. Admitir uma contabilidade subjetiva tendo como uma de suas normas a objetividade é algo bastante incoerente.

A subjetividade expõe a uma nova ótica. Porém, na incapacidade de exercer na mesma proporção às duas atribuições, a contabilidade acaba atrelada à objetividade, retratando transações passadas e fundamentadas por documentos comprobatórios. Em contraposição a esta postura conservadora, a teoria do custo corrente procura mostrar a sua adoção como base de valor ideal para a contabilidade.

2.3 Teoria do custo corrente

O custo corrente, justificado teoricamente como base de valor ideal para a contabilidade de acordo com seus idealizadores, Edwards & Bell (1961), citados por Tinoco (1992, p. 7), pode ser definido como “o custo corrente de aquisição dos *inputs* que a firma utilizou para produzir o elemento do ativo”. Martins (1972, p. 3) aceita esta definição, porém, propõe a substituição do verbo produzir pelo verbo possuir, sob a alegação de que “a soma de *inputs* nos leva a situação de diferenciarmos: a) quando a empresa fabricou o ativo, o seu custo corrente é a soma dos custos correntes dos fatores que entraram na sua produção; b) quando a empresa comprou o ativo é o custo corrente de adquiri-lo”.

Dessa forma, custos correntes são o somatório do custo de reposição dos insumos contidos no ativo, menos sua depreciação econômica. Para Stickney & Weil (2001), o custo de reposição de um ativo é um valor de entrada, já que este representa a quantia que a empresa teria que desembolsar para que o ativo entrasse novamente na empresa.

O custo corrente de entrada representa o preço de troca que seria exigido hoje para obter o mesmo ativo ou um ativo semelhante. Se houver um mercado no qual ativos semelhantes sejam comprados e vendidos, um preço de troca poderá ser obtido e associado ao ativo possuído. Este preço representa o valor máximo para a empresa, a menos que o valor realizável líquido seja superior, exceto por períodos muito curtos, até que possa ser realizada sua reposição (HENDRIKSEN & BREDA, 1999).

Nesse sentido, a utilização do custo corrente (de reposição) de um ativo específico deriva, normalmente, do custo corrente de aquisição de um ativo semelhante, novo ou usado, ou de uma capacidade produtiva ou potencial de serviços equivalentes. É considerada uma medida apropriada para se estabelecer o *fair value*, valor justo, do ativo.

Ressalta-se, porém, que o preço corrente de mercado deverá ser obtido por meio de cotações do mercado no qual a empresa compra seus ativos e não naquele em que, normalmente, os vende. Daí ser chamado custo corrente de entrada.

O custo corrente se mostra muito valioso para a manutenção da capacidade física da empresa. Neste sentido, Martins (2001) comenta que o custo histórico e o custo histórico corrigido mantêm o capital monetário investido nominal e corrigido pela inflação ou deflação, respectivamente. Mas, o custo corrente procura manter o capital físico investido.

Com relação às diferenças entre o custo corrente e o custo histórico, Martins (1972) destaca que elas residem no fato de o custo histórico apenas reconhecer o lucro quando este foi realizado, ou seja, quando a mercadoria for vendida, enquanto o custo corrente já reconhece um lucro antes de sua realização. O fato de o estoque ser composto de unidades que têm seu custo acrescido leva ao aparecimento de uma economia ou deseconomia de custo. Dessa forma, para os estoques não vendidos, demonstra-se um potencial de lucro, que pode ser chamado de economias de custo não realizadas, porque não houve ainda a venda.

A aplicação da teoria do custo corrente na avaliação de ativos em que haja disponibilidade de informações de mercado se torna indispensável à obtenção de resultados satisfatórios, pois, por meio desta, podem-se apurar possíveis economias ou deseconomias de custo. A evidenciação dos valores correntes dos estoques, bem como das correspondentes economias ou deseconomias de custo, poderia ser feita ao menos em notas explicativas às demonstrações contábeis, aumentando sensivelmente a utilidade das informações fornecidas.

Um exemplo atual de uso de avaliação de ativos a preços correntes de mercado é a contabilidade de instrumentos financeiros nas instituições que seguem regulamentação emanada do Banco Central do Brasil, nas quais já é uma realidade a utilização da avaliação a custos correntes.

2.4 Um exemplo de uso de custos correntes no Brasil

Para aprimorar a transparência e a prestação de contas à sociedade sobre instrumentos financeiros, o Banco Central do Brasil (BACEN) editou um conjunto de normas, estabelecendo e consolidando critérios para registro e avaliação contábil de instrumentos financeiros derivativos. Este fato caracteriza-se como um exemplo do uso obrigatório de custos correntes aplicado à carteira de investimentos de instituições financeiras brasileiras.

A pesquisa FOCUS, de 16 de abril de 2002 (www.societario.com.br/leis-cvm/cvm365.html), relata que o BACEN (2002), com a atualização dos normativos e práticas contábeis para derivativos financeiros, objetivou, também, facilitar a conversão das demonstrações contábeis brasileiras aos padrões internacionais.

As Circulares 3.082 e 3.086, editadas em 30 de janeiro e em 15 de fevereiro de 2002, respectivamente, produziram efeitos a partir de 30 de junho e 30 de setembro de 2002 e

são similares aos pronunciamentos internacionais IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement* e FAS 33 – *Accounting for Derivative Financial Instruments and Hedging Activities*. Os normativos aperfeiçoam a metodologia contábil de derivativos requerendo a marcação a mercado (*mark to market*) e o adequado reconhecimento de receitas e despesas.

A Circular 3.086 regula a contabilização de títulos e valores mobiliários também, estabelecendo a marcação a mercado e classificando os títulos em “para negociação” (*trading*) ou “para manutenção até o vencimento” (*held-to-maturity*), objetivando seu registro e avaliação contábil. Já a Circular 3.082 define as regras de contabilização de operações de *hedge* (*hedge accounting*). Segundo esta circular, todos os instrumentos financeiros derivativos, inclusive os destinados a *hedge*, devem ser marcados a mercado, pelo menos por ocasião dos balanços mensais, tendo registros e avaliações diferentes de acordo com o seu tipo e classificação.

Por sua vez, a Circular 3.068, de 8 de novembro de 2001, aplicável a instituições financeiras, estabeleceu critérios para registro e avaliação contábeis de títulos e valores mobiliários. Os princípios contábeis utilizados nesta circular são baseados nos pronunciamentos internacionais IAS 32 – *Financial Instruments: Disclosure and Presentation* e FAZ 115 – *Accounting for Certain Investments in Debt and Equity Securities*. Segundo esta Circular, os títulos devem ser marcados a mercado e classificados como para negociação, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, com regras diferenciadas de registro, avaliação e reconhecimento de receitas e despesas, como relata a pesquisa FOCUS, de 16 de abril de 2002.

A edição dessas normas demonstra que há oportunidades relevantes do uso de dados de mercado para a avaliação de ativos mantidos em carteira. Visto que um dos principais argumentos contra a utilização do custo corrente na contabilidade brasileira sempre foi o da difícil praticabilidade do método, a edição desse tipo de medida traz uma nova luz para a sua aplicação em casos em que haja disponibilidade de informações de mercado. Isto é o que ocorre, por exemplo, na avaliação de estoques de *commodities* em poder de cooperativas agropecuárias, como o caso apresentado na seção a seguir.

3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

O método aplicado consiste de pesquisa descritiva e quantitativa, consubstanciada em um estudo de caso. Andrade (2002) relata que a pesquisa descritiva objetiva observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e

interpretá-los. A pesquisa quantitativa utiliza a descrição matemática como linguagem para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre as variáveis e a comparação de dados. Para Gil (1999, p. 73), “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo”.

Na presente pesquisa, o estudo de caso buscou aplicar a teoria do custo corrente sobre os saldos de estoque de três *commodities* da Copagril Cooperativa Agroindustrial. A Copagril é uma cooperativa da região oeste do estado do Paraná, fundada em 9 de agosto de 1970, que atua na produção, comercialização e industrialização de produtos agropecuários, no fornecimento de insumos e de bens de consumo e na prestação de serviços.

As *commodities* são caracterizadas pela padronização; por permitirem a classificação em poucos tipos e com evidências homogêneas; por terem pouca perecibilidade, pois, eventualmente são armazenadas para entrega futura ou transportadas a longas distâncias; por terem ampla escala de consumo, ou seja, é produto conhecido e, portanto, negociável em âmbito mundial, exigindo grandes disponibilidades; por não sofrer interferência de governos, devendo o seu mercado ter um fluxo livre dentro e entre os países para poder existir e por sua condição de matéria-prima ou produto semi-elaborado. Assim sendo, as *commodities* não podem sofrer um complexo processo de transformação, pois sua disponibilidade estaria comprometida em caso de falha na cadeia de produção.

O estoque, no agrupamento de produtos agrícolas, na especificidade das *commodities* soja, trigo e milho, foi escolhido, pela relevância e influência no ciclo operacional e financeiro da Copagril, como foco deste estudo. O período analisado foi de 31/12/2004 a 31/01/2005, considerando-se índices específicos e gerais de preços, perfazendo ajustamentos diários e melhorando, indubitavelmente, a possibilidade de comparações.

As *commodities* foram avaliadas em índices específicos, conforme o mercado de compra de atuação da Copagril. Ressalta-se a variação da capacidade aquisitiva da moeda, entre as datas, baseada no Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas.

Na aplicação da teoria de custo corrente estabelecem-se comparações entre os principais métodos de avaliação de estoques, tais como: custo histórico, histórico corrigido, corrente e corrente corrigido, no

período de 31/12/2004 a 31/01/2005, visando apurar possíveis economias ou deseconomias de custo, conforme o método de avaliação utilizado.

Parte-se da premissa de que, para a análise das vantagens de possuir estoques, é de fundamental importância obter informações de valores correntes e compará-las com seus custos, como forma de assegurar as melhores decisões sobre a quantidade de produtos a serem repostos em estoque.

Vale salientar que o uso do período de um mês em nada prejudica a demonstração pretendida ou as conclusões da pesquisa, uma vez que os vários períodos diários observados poderiam representar quaisquer outros períodos desejados, como semanas, meses ou anos.

Enumeram-se, a seguir, algumas informações sobre os procedimentos metodológicos utilizados no estudo para a consecução do objetivo proposto:

- a) as informações referentes ao saldo (físico e financeiro) de *commodities* foram coletadas das notas explicativas das demonstrações contábeis da Copagril do exercício findo em 31/12/2004;
- b) para a determinação do custo histórico, não se adentrou na consulta individual dos documentos fiscais da empresa para a verificação do valor pelo qual as *commodities* teriam sido adquiridas ou produzidas em cada data passada, devido à dificuldade de acesso aos dados e à grande quantidade de registros inerentes às compras passadas. Como critério de simplificação, adotou-se, como custo histórico, o valor dos estoques em 31/12/2004;
- c) o cálculo do custo histórico, base de avaliação dos estoques, foi determinado pela média ponderada, ou seja, pelo quociente da divisão do saldo financeiro total pelo saldo físico total de 31/12/2004. O custo histórico, neste caso, foi denominado como custo histórico médio;
- d) como o estudo tem o objetivo de apurar as economias ou deseconomias de custo sob a ótica da teoria do custo corrente, independente da sua realização ou da apuração do lucro bruto corrente, considerou-se que não houve inclusões ou movimentações físicas e financeiras de *commodities* no período de 01/01/2005 a 31/01/2005, portanto, o custo histórico médio permanece inalterado;
- e) os indicadores específicos foram coletados nos mercados de compra de atuação da Copagril, considerando-se exatamente a igualdade do bem para objeto de avaliação;
- f) as cotações diárias, coletadas no mercado a título de indicadores de variações de preços específicos, são equivalentes em condições de mercado, quer dizer, as variáveis frete, seguro, prazo de entrega, prazo de

pagamento, qualidade e impostos não se diferenciam entre as cotações. Nesse sentido, a única variável relevante para a definição do indicador específico utilizado é o preço;

g) o cálculo do indicador específico a ser utilizado como custo corrente será determinado pela média de preços alcançada junto às cotações diárias do mercado de atuação da Copagril. O cálculo do quociente será apurado pela soma das cotações do dia, dividido pela quantidade de cotações utilizadas;

h) o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas (FGV), de janeiro de 2005, correspondente a 0,33%, será utilizado como indicador de variações gerais de preços para a correção do custo histórico e corrente, conforme equivalência pro rata dia;

i) ao final do período em estudo, o cálculo da determinação do coeficiente a ser utilizado para a correção monetária do custo histórico e do custo corrente dar-se-á pela divisão entre os índices gerais de preços das datas desejadas, exemplo: 31/01/2005 e 01/01/2005. Neste contexto, será considerado como numerador constante o índice da data final do período em estudo. Já o denominador será o índice da data inicial e assim sucessivamente, conforme os dias a serem avaliados, até a própria data final. Este índice será chamado de unidade monetária de correção;

j) o cálculo do custo histórico corrigido será determinado pela multiplicação da unidade monetária de correção pelo custo histórico e o cálculo do custo corrente corrigido será determinado pela multiplicação da unidade monetária de correção pelo custo corrente;

k) os indicadores específicos, o valor de compra das *commodities* no mercado de atuação da Copagril e o indicador geral, IGP-DI da FGV, foram coletados no sítio (www.agronegocios-e.com.br/agronegocios/cots/cotacoes.jsp#);

l) o período diário em análise, de 01/01/2005 a 31/01/2005, é meramente casual ao estudo e não tem o intuito de determinar qual é o prazo devido para a execução das análises e

m) a análise interpretativa dos gráficos ocorre mais especificamente sobre as datas de 01/01/2005 (inicial) e 31/01/2005 (final), no entanto, as oscilações diárias de todo o período, compreendendo 31 dias, poderão ser visualizadas nos mesmos.

Do exposto, para melhor compreensão da operacionalização da pesquisa, no Quadro 1 é explicitada a diferenciação entre os conceitos de custo histórico, custo histórico corrigido, custo corrente e custo corrente corrigido, o que acaba por facilitar a compreensão dos modelos de cálculo utilizados na pesquisa.

QUADRO 1 – Diferenciação dos conceitos sobre métodos de apuração de custos

Método	Diferenciação entre os conceitos
Custo histórico	É o valor pelo qual o estoque de <i>commodities</i> foi adquirido ou produzido, sem que nenhuma atenção seja dada à variação da capacidade aquisitiva da moeda entre a data de aquisição e outra qualquer. Também não considera a variação no preço específico dos ativos estocados. Trabalha-se, dessa maneira, com elementos objetivos de custo, transformação ou realização.
Custo histórico corrigido	É o custo histórico objeto de uma correção, quer por um coeficiente derivado da variação do índice geral de preços, quer por um derivado da variação de outro índice mais específico. Assim, tem-se sempre a possibilidade de se colocar diversos custos de diferentes datas, em termos de uma moeda de capacidade aquisitiva (geral ou específica) de outra data qualquer; isto melhora indubitavelmente a possibilidade de comparações, tão necessárias à administração e à economia. Falamos em moeda de capacidade geral ou específica de compra, pois damos à primeira o sentido de uma capacidade de compra afetada pelo índice geral de preços e à segunda, o de afetada por um índice específico. Esta diferença é facilmente visualizada quando se têm, por exemplo, os estoques de <i>commodities</i> com uma variação de preços, diferente da variação do IGP.
Custo corrente	É o custo de adquirir ou produzir os estoques de <i>commodities</i> quando da sua avaliação, em estado exatamente igual ao bem antigo objeto de avaliação. Com isso, tem-se, para todo e qualquer elemento do ativo, o seu custo, que seria o corrente, caso a cooperativa o substituísse por outro igual, seguindo o mesmo processo utilizado para a obtenção inicial, seja compra ou produção.
Custo corrente corrigido	É o custo corrente que sofre ajustamento em função de um índice geral de preços ou de outro índice específico. É mais apropriado e realístico, pois compara os custos correntes de um mesmo ativo entre duas datas, ou, ao comparar seu custo corrente com o histórico, leva em conta a parte desta diferença que é fictícia, devido à variação da capacidade aquisitiva da moeda.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com base nas informações descritas sobre os procedimentos metodológicos utilizados, apresentam-se, na seqüência, a descrição e a análise dos dados.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Com base nos dados coletados dos indicadores específicos e geral que compuseram a pesquisa, procedeu-se à análise da aplicação da teoria de custo corrente entre os principais métodos de avaliação de estoque, no período de 31/12/2004 a 31/01/2005.

A quantidade (sacas de 60 kg) e o valor financeiro (em reais) do estoque das *commodities*, em 31/12/2004, estão demonstrados na Tabela 1.

TABELA 1 – Estoque de *commodities* em 31/12/2004

Commodity	Físico (sacas de 60 kg)	Financeiro (R\$)
Soja	321	9.302,72
Trigo	70.947	1.418.948,68
Milho	94.040	1.125.364,94
Total	165.308	2.553.616,34

Fonte: Notas explicativas da Copagril, relativas ao exercício findo em 31/12/2004.

Apresenta-se um comparativo entre os métodos, custo histórico, custo histórico corrigido, custo corrente e custo corrente corrigido, para a avaliação individual das *commodities* soja, trigo e milho, com a consequente

apuração de economias ou deseconomias de custo no período.

4.1 Commodity soja

A Figura 1 apresenta as cotações diárias da *commodity* soja, coletadas no mercado a título de indicadores específicos, no período de 01/01/2005 a 31/01/2005.

Verificam-se, entre os indicadores específicos, coletados nos mercados de compra da *commodity* soja de atuação da Copagril nas regiões de Barreiras, BA; Passo Fundo, RS; Ponta Grossa, PR e Rondonópolis, MT, flutuações acentuadas de preços diários. Porém, dentre os indicadores específicos, o quociente médio ponderado considerado dos preços diários é o custo corrente unitário, sendo este, em 01/01/2005, de R\$ 30,85 e, em 31/01/2005, de R\$ 29,68.

O comparativo entre os principais métodos de avaliação de estoque da *commodity* soja no período é demonstrado na Figura 2.

Percebe-se que, na avaliação do estoque da soja a custo histórico em 01/01/2005, o seu saldo financeiro unitário era de R\$ 29,00, a custo histórico corrigido de R\$ 29,00, o custo corrente de R\$ 30,85 e o custo corrente corrigido de R\$ 30,95. Em 31/01/2005, têm-se respectivamente, R\$ 29,00, R\$ 29,10, R\$ 29,68 e R\$ 29,68.

Na Figura 3 demonstram-se a economia ou a deseconomia de custo da *commodity* soja, comparativamente, nos métodos de avaliação de estoque no período.

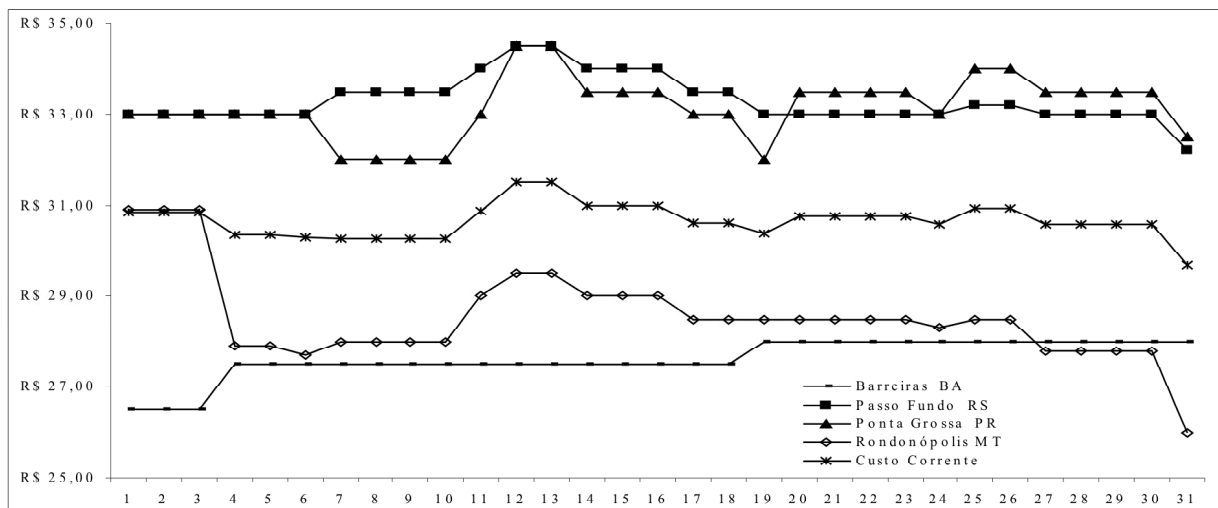


FIGURA 1 – Cotações diárias da *commodity* soja para a definição do custo corrente a preço médio

Fonte: dados coletados no sítio (www.agronegocios-e.com.br/agronegocios/cots/cotacoes.jsp#).

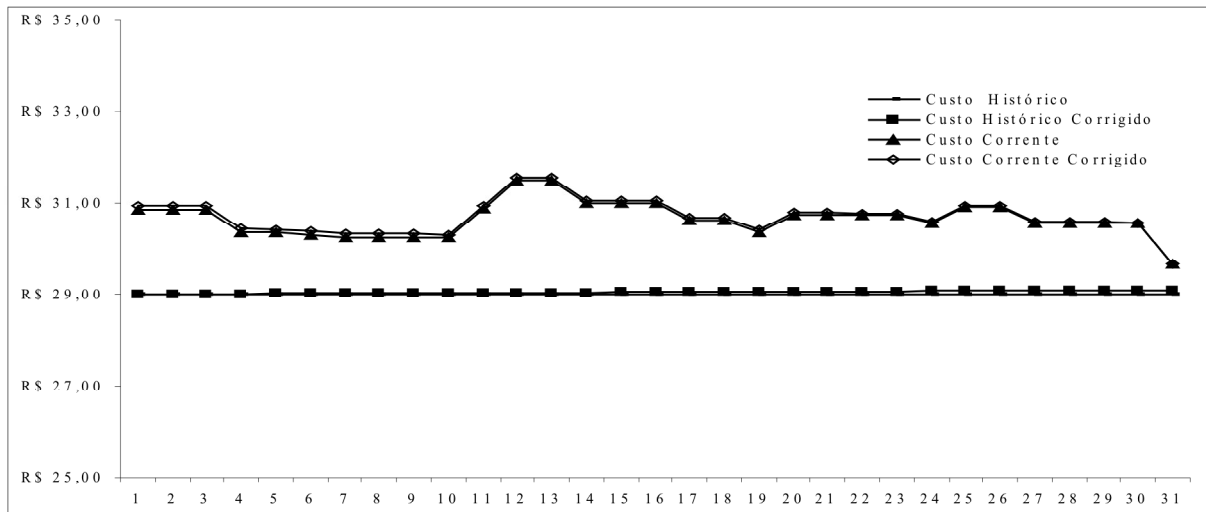


FIGURA 2 – Comparativo entre custo histórico, histórico corrigido, corrente e corrente corrigido da *commodity* soja
 Fonte: dados coletados no sítio (www.agronegocios-e.com.br/agronegocios/cots/cotacoes.jsp#).

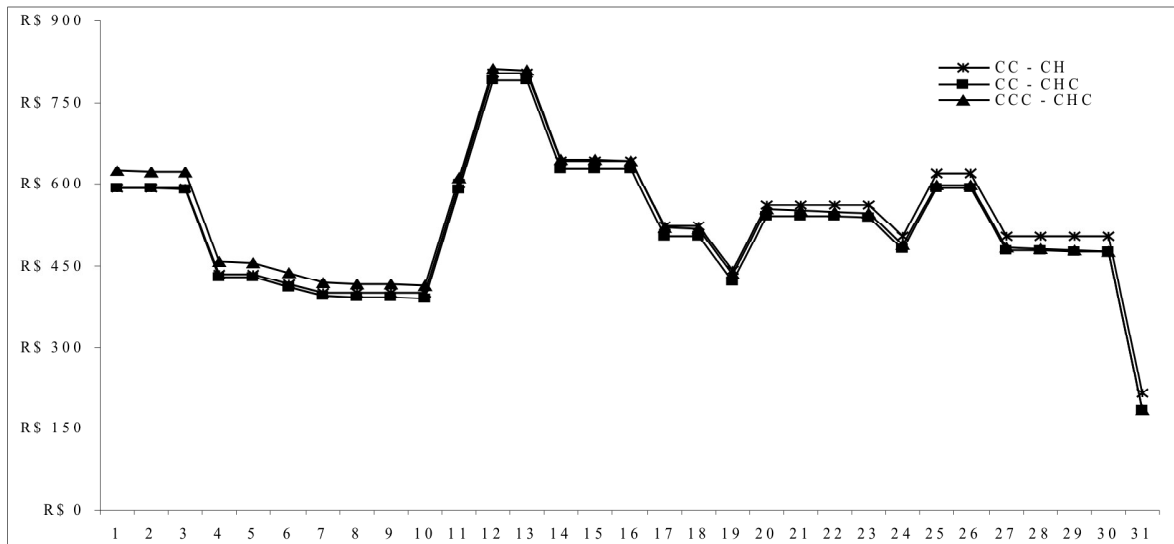


FIGURA 3 – Economia ou deseconomia de custo da *commodity* soja
 Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se, comparando-se, em 01/01/2005, o custo corrente total com o custo histórico, uma economia de custo de R\$ 593,85; o custo corrente com o custo histórico corrigido, uma economia de R\$ 592,86 e o custo corrente corrigido com o custo histórico corrigido, uma economia de R\$ 624,48. Em 31/01/2005, a situação apresenta economia de custo na ordem de R\$ 216,67, R\$ 185,95 e R\$ 185,95.

Para complementar o estudo da *commodity* soja, na Tabela 2, observa-se um comparativo da apuração de

economias ou deseconomia de custo, de acordo com os resultados específicos de cada método de avaliação de estoque no período de análise.

Verifica-se, na avaliação total do estoque da *commodity* soja a custo histórico, em 01/01/2005 e 31/01/2005, que esta apresenta o mesmo saldo de R\$ 9.309,00, não apresentando economia ou deseconomia de custo. No entanto, no mesmo período a custo histórico corrigido, há a economia de custo de R\$ 29,73; a custo corrente, há

TABELA 2 – Comparativo entre os métodos de avaliação de ativo da *commodity* soja

Método	01/01/2005 (R\$)	31/01/2005 (R\$)	Resultado (R\$)
Custo histórico	9.309,00	9.309,00	0,00
Custo histórico corrigido	9.309,99	9.339,72	29,73
Custo corrente	9.902,85	9.525,68	(377,17)
Custo corrente corrigido	9.934,47	9.525,68	(408,80)

Fonte: dados da pesquisa.

uma deseconomia de custo de R\$ 377,17 e a custo corrente corrigido, evidencia-se uma deseconomia de custo de R\$ 408,80.

Ressalta-se que a variação do custo corrente poderia ser dividida em dois períodos relevantes: o período entre a data de aquisição e a data do balanço e o período entre a data do balanço e o dia 31/01/2005. No presente estudo, este procedimento foi dispensado em razão da inexistência da informação original, o que não prejudica as análises e conclusões. Esta observação estende-se para o caso das *commodities* trigo e milho.

4.2 Commodity trigo

Na Figura 4, são apresentadas as cotações diárias da *commodity* trigo, coletadas no mercado a título de indicadores específicos, do período de 01/01/2005 a 31/01/2005.

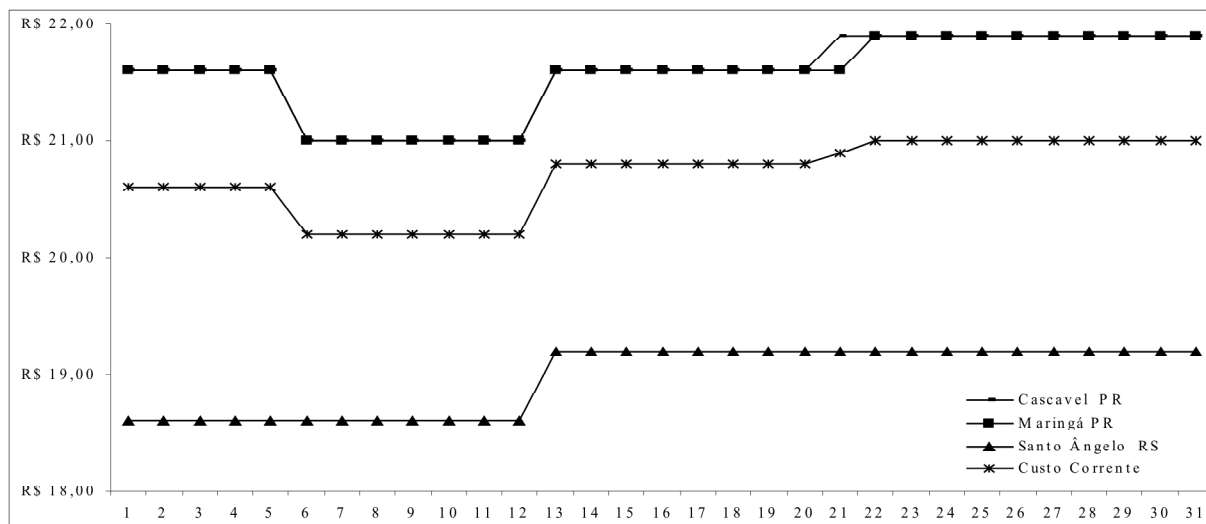
Verificam-se, entre os indicadores específicos coletados nos mercados de compra da *commodity* trigo de atuação da Copagril, nas regiões de Cascavel, PR, Maringá, PR e Santo Ângelo, RS, flutuações relevantes de preços diárias. Entretanto, dentre os indicadores específicos, o quociente médio ponderado considerado dos preços diários é o custo corrente unitário, sendo, em 01/01/2005, de R\$ 20,60 e, em 31/01/2005, de R\$ 21,00.

O comparativo entre os principais métodos de avaliação de estoque da *commodity* trigo no período é demonstrado na Figura 5.

Percebe-se que, na avaliação do estoque do trigo a custo histórico em 01/01/2005, o seu saldo financeiro unitário era de R\$ 20,00; a custo histórico corrigido; de R\$ 20,00; a custo corrente, de R\$ 20,60 e a custo corrente corrigido, de R\$ 20,67. Em 31/01/2005, têm-se, respectivamente, R\$ 20,00, R\$ 20,07, R\$ 21,00 e R\$ 21,00.

Na Figura 6 observam-se a economia ou deseconomia de custo da *commodity* trigo, comparativamente, nos métodos de avaliação de estoque no período.

Observa-se, comparando-se, em 01/01/2005, o custo corrente total com o custo histórico, uma economia de custo de R\$ 42.568,45; o custo corrente com o custo histórico corrigido, uma economia de R\$ 42.417,40 e o custo corrente corrigido com o custo histórico corrigido, uma economia de R\$ 47.084,33. Em 31/01/2005, a situação respectiva apresenta economia de custo na ordem de R\$ 70.947,42, R\$ 66.264,89 e R\$ 66.264,89.

**FIGURA 4** – Cotações diárias da *commodity* trigo para a definição do custo corrente a preço médio

Fonte: dados coletados no sítio (www.agronegocios-e.com.br/agronegocios/cots/cotacoes.jsp#).

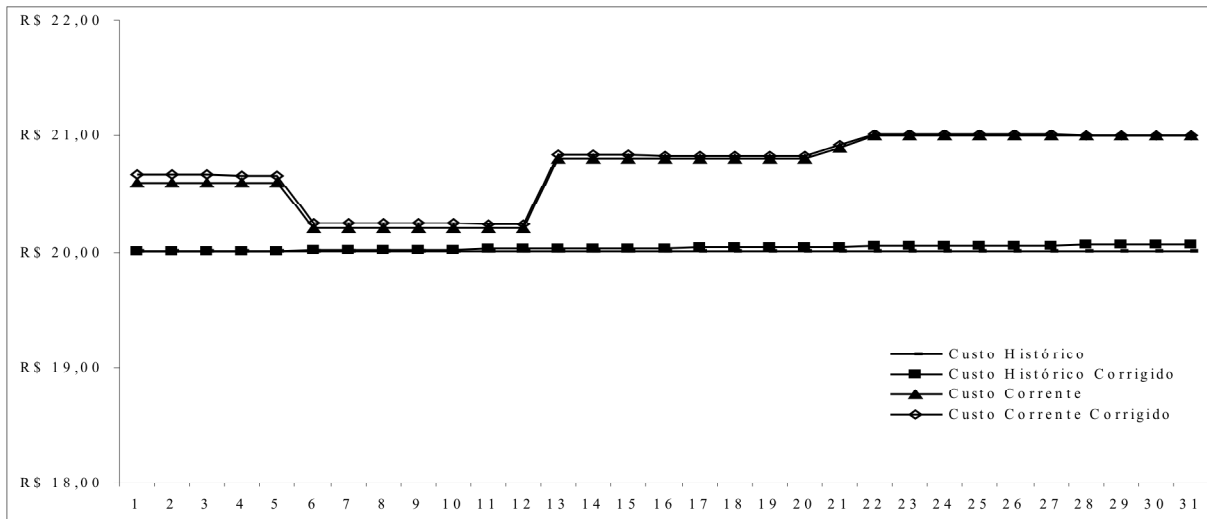


FIGURA 5 – Comparativo entre custo histórico, histórico corrigido, corrente e corrente corrigido da *commodity* trigo
 Fonte: dados coletados no sítio (www.agronegocios-e.com.br/agronegocios/cots/cotacoes.jsp#).

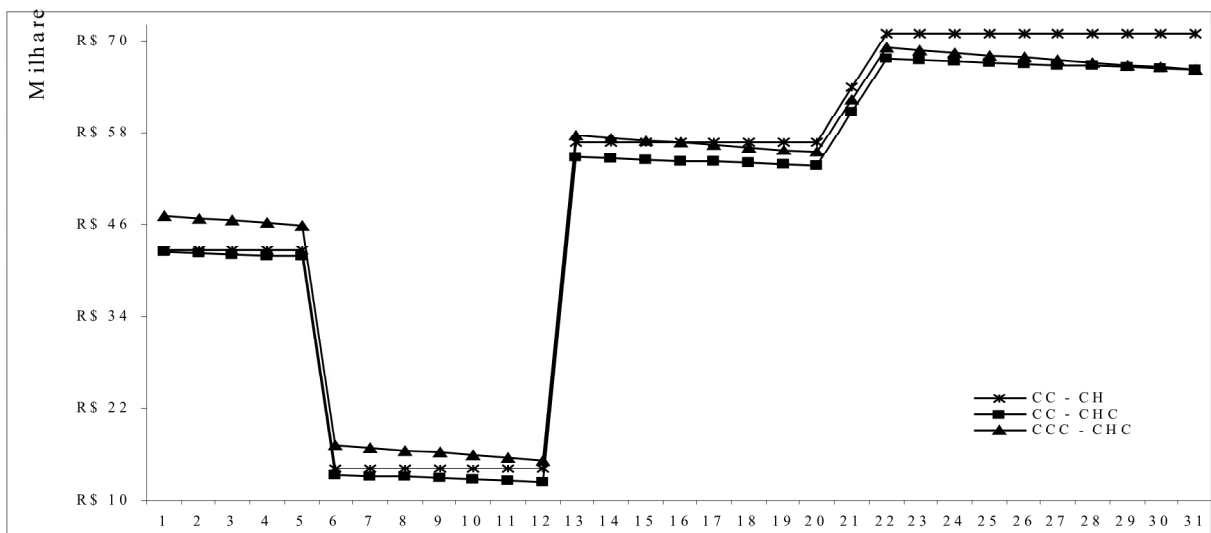


FIGURA 6 – Economia ou deseconomia de custo da *commodity* trigo
 Fonte: dados da pesquisa.

Para complementar o estudo da *commodity* trigo, na Tabela 3 encontra-se um comparativo da apuração de economias de custo de acordo com os resultados específicos de cada método de avaliação de estoque no período de análise.

Verifica-se, na avaliação total do estoque da *commodity* trigo a custo histórico, em 01/01/2005 e 31/01/2005, que esta apresenta o mesmo saldo de R\$ 1.418.948,68, não apresentando economia ou deseconomia de custo.

Porém, no mesmo período, a custo histórico corrigido, a economia de custo de R\$ 4.531,48; a custo corrente, há uma economia de custo de R\$ 28.378,97 e a custo corrente corrigido, uma economia de custo de R\$ 23.712,04.

4.3 Commodity milho

No gráfico da Figura 7, são apresentadas as cotações diárias da *commodity* milho, coletadas no

TABELA 3 – Comparativo entre conceitos de avaliação de ativo da *commodity* trigo

Método	01/01/2005 (R\$)	31/01/2005 (R\$)	Resultado (R\$)
Custo histórico	1.418.948,68	1.418.948,68	0,00
Custo histórico corrigido	1.419.099,73	1.423.631,21	4.531,48
Custo corrente	1.461.517,13	1.489.896,10	28.378,97
Custo corrente corrigido	1.466.184,06	1.489.896,10	23.712,04

Fonte: dados da pesquisa.

mercado a título de indicadores específicos, do período de 01/01/2005 a 31/01/2005.

Verificam-se, entre os indicadores específicos coletados nos mercados de compra da *commodity* milho de atuação da Copagril, nas regiões de Chapecó, SC; Ponta Grossa, PR; Rio Verde, GO e Uberlândia, MG, flutuações acentuadas de preços diárias. Entretanto, dentre os indicadores específicos, o quociente médio ponderado considerado dos preços diários é o custo corrente unitário, sendo, em 01/01/2005, de R\$ 13,88 e, em 31/01/2005, de R\$ 15,00.

O comparativo entre os principais métodos de avaliação de estoque da *commodity* milho no período está demonstrado no gráfico da Figura 8.

Percebe-se que, na avaliação do estoque de milho a custo histórico, em 01/01/2005, o seu saldo financeiro unitário era de R\$ 11,97; a custo histórico corrigido, de R\$

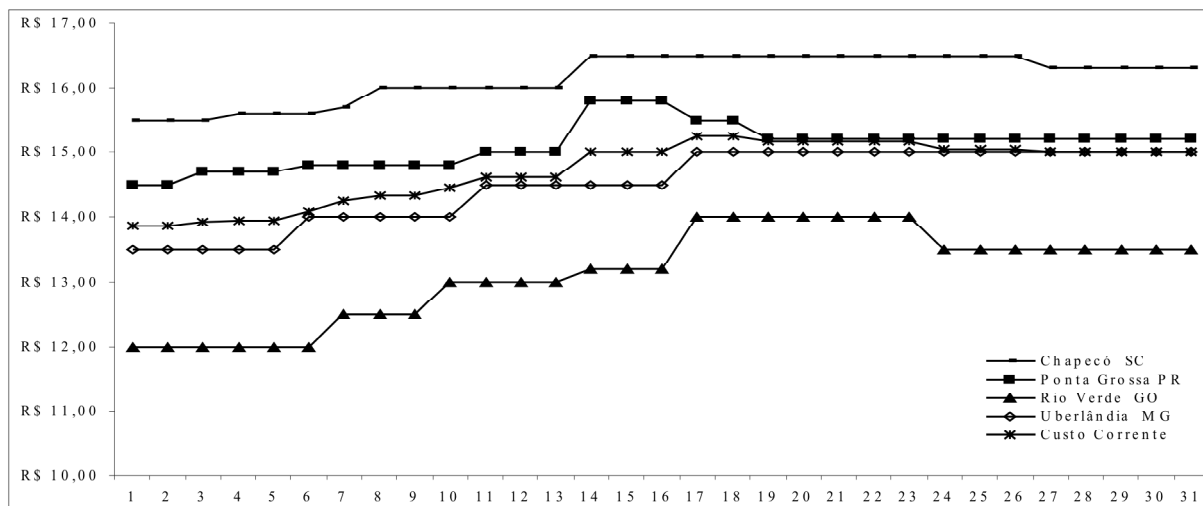
11,97; a custo corrente, de R\$ 13,88 e a custo corrente corrigido, de R\$ 13,92. Em 31/01/2005, têm-se respectivamente, R\$ 11,97, R\$ 12,01, R\$ 15,00 e R\$ 15,00.

Na Figura 9 pode-se observar a economia ou a deseconomia de custo da *commodity* milho, comparativamente, nos métodos de avaliação de estoque no período.

Observa-se, comparando-se, em 01/01/2005, o custo corrente total com o histórico, uma economia de custo de R\$ 179.441,45; o custo corrente com o custo histórico corrigido, uma economia de R\$ 179.321,65 e o custo corrente corrigido com o custo histórico corrigido, uma economia de R\$ 183.488,17. Em 31/01/2005, a situação respectiva apresenta uma economia de custo na ordem de R\$ 285.236,56, R\$ 281.522,86 e R\$ 281.522,86.

Para complementar o estudo da *commodity* milho, os dados da Tabela 4 demonstram um comparativo da apuração de economias de custo de acordo com os resultados específicos de cada método de avaliação de estoque no período de análise.

Verifica-se, na avaliação total do estoque da *commodity* milho a custo histórico, em 01/01/2005 e 31/01/2005, que esta apresenta o mesmo saldo de R\$ 1.125.364,94 e não apresenta economia ou deseconomia de custo. No entanto, no mesmo período a custo histórico corrigido, há a economia de custo de R\$ 3.593,91; a custo corrente, há uma economia de custo de R\$ 105.795,11 e, a custo corrente corrigido, uma economia de custo de R\$ 101.628,59.

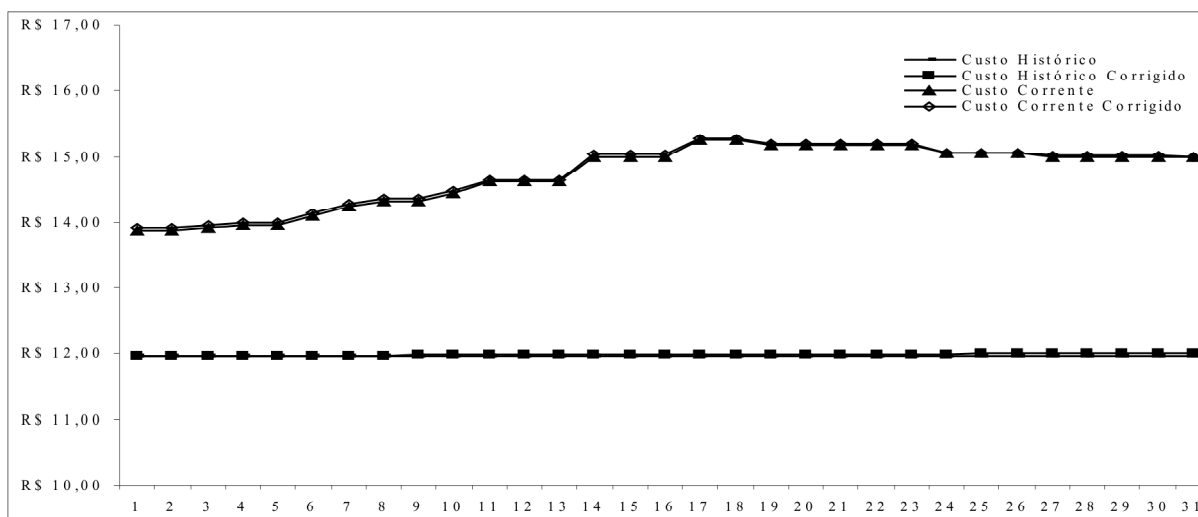
**FIGURA 7** – Cotações diárias da *commodity* milho para a definição do custo corrente a preço médio

Fonte: dados coletados no sítio (www.agronegocios-e.com.br/agronegocios/cots/cotacoes.jsp#).

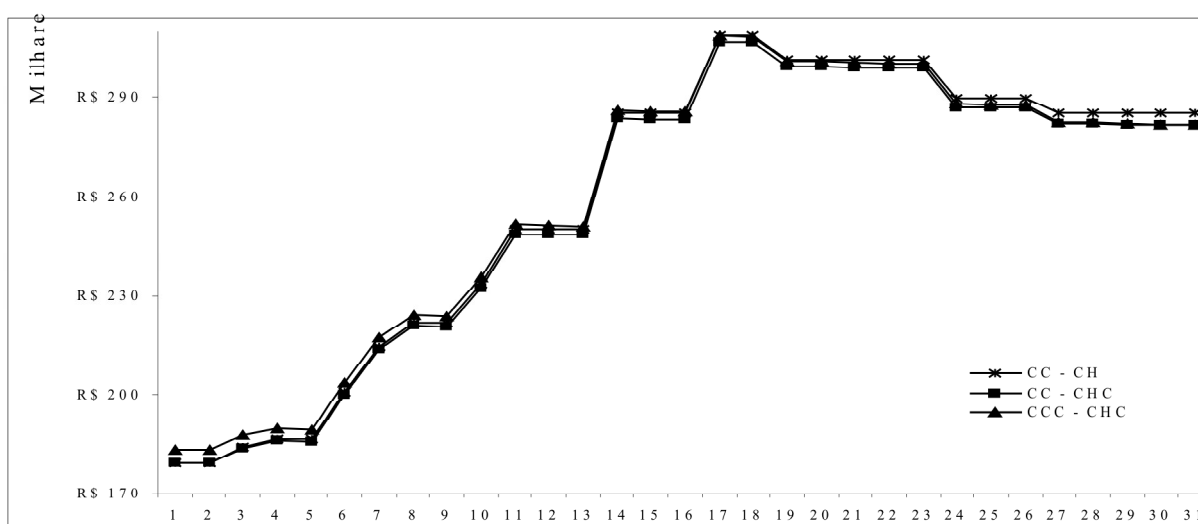
TABELA 4 – Comparativo entre conceitos de avaliação de ativo da *commodity* milho

Método	01/01/2005 (R\$)	31/01/2005 (R\$)	Resultado (R\$)
Custo histórico	1.125.364,94	1.125.364,94	0,00
Custo histórico corrigido	1.125.484,74	1.129.078,64	3.593,91
Custo corrente	1.304.806,39	1.410.601,50	105.795,11
Custo corrente corrigido	1.309.972,91	1.410.601,50	101.628,59

Fonte: dados da pesquisa.

**FIGURA 8** – Comparativo entre custo histórico, histórico corrigido, corrente e corrente corrigido da *commodity* milho

Fonte: dados coletados no sítio (www.agronegocios-e.com.br/agronegocios/cots/cotacoes.jsp#).

**FIGURA 9** – Economia ou deseconomia de custo da *commodity* milho

Do exposto, a relevância da avaliação do estoque de *commodities* sob a ótica da teoria de custo corrente permite estabelecer relações de grandeza econômica, importantes para a empresa, devido às flutuações dos indicadores específicos e gerais de preços no período analisado, conforme apresentado na Tabela 5.

TABELA 5 – Comparativo global entre os métodos de avaliação do estoque de *commodities*

Método	Soja (R\$)	Trigo (R\$)	Milho (R\$)	Resultado (R\$)
Custo histórico	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo histórico corrigido	29,73	4.531,48	3.593,91	8.155,12
Custo corrente	(377,17)	28.378,97	105.795,11	133.796,91
Custo corrente corrigido	(408,80)	23.712,04	101.628,59	124.931,84

Fonte: dados da pesquisa.

Verifica-se que na avaliação total do estoque de *commodities* a custo histórico (apresentado nas demonstrações contábeis), não há economia ou deseconomia de custo, no período de 01/01/2005 a 31/01/2005. Entretanto, no mesmo período, a custo histórico corrigido, há a economia de custo de R\$ 8.155,12; a custo corrente, há uma economia de custo de R\$ 133.796,91 e a custo corrente corrigido, uma economia de custo de R\$ 124.931,84.

A partir dos resultados globais apresentados entre os métodos de avaliação do estoque de *commodities*, nota-se que o poder de geração de informações gerenciais é indiscutivelmente maior quando o estoque de *commodities* é avaliado a valores de entrada de mercado e, conseqüentemente, comprova-se uma economia de custo significativa.

Porém, deve-se conscientizar todo e qualquer usuário de que a informação oportuna e relevante possui seu devido valor. Cabe ressaltar as dificuldades inerentes à geração de informações, originadas em um mercado volátil, quando da aplicação do custo corrente e do custo corrente corrigido, sendo:

- falta de conhecimento dos conceitos, benefícios e modo de aplicação do custo corrente e custo corrigido por parte dos gestores;
- complexidade na coleta e no levantamento dos dados, tais como cotações diárias a fornecedores em diversas

regiões, dificuldade na escolha do indicador específico a ser utilizado diante de elementos extrínsecos ao preço, tais como frete, seguro, prazo de pagamento e qualidade do produto, dentre outros;

c) somente poderão ser utilizados gerencialmente para apoio de tomada de decisão, pois o fisco não permite sua utilização, apenas do custo histórico. A quebra do paradigma do custo histórico, então, representa mais uma dificuldade da adoção desses conceitos.

Essas dificuldades tornam a aplicação do custo corrente e do custo corrente corrigido restrita a poucas empresas, mas, em algumas delas, equivale à sua subsistência. Sugere-se considerar tais métodos quando a relação custo/benefício for favorável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se apurar as economias ou deseconomias de custo, sob a ótica da teoria do custo corrente, no estoque de três *commodities* (soja, trigo e milho) de uma cooperativa agropecuária do estado do Paraná. Os resultados da pesquisa evidenciam as diferenças entre os valores dos estoques apurados pelo custo histórico, que são os apresentados nas demonstrações contábeis, e os obtidos por meio dos métodos alternativos analisados, custo histórico corrigido, custo corrente e custo corrente corrigido.

Enquanto, na avaliação das *commodities* a custo histórico não há economia ou deseconomia de custo, e a custo histórico corrigido há uma pequena economia de custo, os resultados das avaliações a custo corrente e a custo corrente corrigido demonstram uma considerável economia de custo na cooperativa analisada. Isso ressalta a relevância da avaliação do estoque de *commodities* sob a ótica da teoria do custo corrente.

A disponibilidade de informações sobre preços correntes das *commodities* é validada como condição suficiente para que sejam aplicadas as alternativas de avaliação de estoques conforme preconizado por essa teoria. Os dados do caso analisado estabelecem relações de grandeza econômica importantes para a determinação do desempenho econômico e para a análise da continuidade da empresa ao longo do tempo.

A aplicação da teoria de custo corrente como forma de avaliação de ativos, neste estudo voltado para o estoque de *commodities* de uma cooperativa agrícola, mostrou-se imprescindível para prover e gerenciar informações de controle e avaliação de desempenho da empresa, bem como motivar e coordenar a ação dos diversos gestores nas tomadas de decisões.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ASSAF NETO, A.; SILVA, C. A. T. **Administração do capital de giro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Pesquisa FOCUS**, de 16 de abril de 2002. Dispõe sobre a transparência e a prestação de contas à sociedade sobre instrumentos financeiros, o BACEN editou um conjunto de normas, estabelecendo e consolidando critérios para registro e avaliação contábil de instrumentos financeiros derivativos. 2002. Disponível em: <<http://www.societário.com.br/leis-cvm/cvm365.html>>. Acesso em: 16 jun. 2005.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **Statement of financial accounting concepts: qualitative characteristics of accounting information**. [S.l.], 1980.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDÁ, M. F. van. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. de. **Contribuição à teoria dos ajustamentos contábeis**. 1966. 123 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1966.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, E. **Contribuição à avaliação do ativo intangível**. 1972. 109 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MARTINS, E. Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica. **Caderno de Estudos**, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 28-37, jul./dez. 2000.

MARTINS, E. Valores de entrada. In: FIPECAFI. **Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, P. G.; CAMPOS, P. R. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. Saraiva: São Paulo, 2002.

MIRANDA, N. C. Objetividade: o determinismo que retarda a informação contábil. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 3., 2003, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2003. CD-ROM.

OLIVEIRA, A. M. Informações: a busca da evidência ideal. **Caderno de Estudos**, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 16-22, set./dez. 1998.

SANTOS, E. S. Objetividade x relevância: o que o modelo contábil deseja espelhar? **Caderno de Estudos**, São Paulo, v. 10, n. 18, p. 1-16, maio/ago. 1998.

STICKNEY, C. P.; WEIL, R. L. **Contabilidade financeira: uma introdução aos conceitos, métodos e usos**. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, J. E. P. Avaliação patrimonial em contabilidade à valores de entrada e saída. **Caderno de Estudos**, São Paulo, n. 6, p. 1-16, out. 1992.